

Sumário

PARTE I DIREITO PENAL MILITAR

CAPÍTULO 1 ► INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO 2 ► APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR.....	29
1. DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR.....	29
1.1. Princípio de legalidade.....	29
1.2. Lei supressiva de incriminação	30
1.3. Retroatividade de lei mais benigna	30
1.4. Apuração da maior benignidade.....	31
1.5. Medidas de segurança.....	31
1.6. Lei excepcional ou temporária	32
1.7. Tempo do crime	32
1.8. Lugar do crime	33
1.8.1. Princípio da Territorialidade e Extraterritorialidade.....	34
1.8.2. Território nacional por extensão	34
1.9. Pena cumprida no estrangeiro	35
2. CRIME MILITAR.....	36
2.1. Definição.....	36
2.2. Crimes militares em tempo de paz.....	36
2.2.1. Crime doloso contra a vida de militar praticado por civil.....	45
2.2.1.1. Tribunal do Júri na Justiça Militar da União.....	46
2.3. Crimes Militares em tempo de guerra	48
3. MILITARES ESTRANGEIROS	49
4. EQUIPARAÇÃO A MILITAR DA ATIVA.....	50
5. MILITAR DA RESERVA OU REFORMADO	52
6. DEFEITO DE INCORPORAÇÃO	54
7. TEMPO DE GUERRA.....	56
7.1. Crimes praticados em tempo de guerra	57
8. CONTAGEM DE PRAZO	57
9. CRIMES PRATICADOS EM PREJUÍZO DE PAÍS ALIADO	57
10. INFRAÇÕES DISCIPLINARES	58
11. ASSEMBLADO	58
12. PESSOA CONSIDERADA MILITAR	59
13. EQUIPARAÇÃO A COMANDANTE	60

14. CONCEITO DE SUPERIOR.....	60
15. CRIME PRATICADO EM PRESENÇA DO INIMIGO.....	61
16. REFERÊNCIA A “BRASILEIRO” OU “NACIONAL”	61
16.1 SERVIDORES DA JUSTIÇA MILITAR	63
17. CASOS DE PREVALÊNCIA DO CÓDIGO PENAL MILITAR.....	63
CAPÍTULO 3 ► DO CRIME	65
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	65
2. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.....	66
2.1. Causalidade Simples	66
2.2. Causalidade Adequada	66
2.3. Relevância da Omissão. Nexo Normativo – Crimes comissivos por omissão..	67
3. ITER CRIMINIS	68
3.1. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	70
3.2. Arrependimento posterior.....	71
3.3. Crime impossível.....	72
4. CRIME MILITAR DOLOSO X CRIME MILITAR CULPOSO	74
4.1. Crime Militar Doloso.....	74
4.2. Crime Militar Culposos.....	74
5. ERRO NO DIREITO PENAL.....	77
5.1. Erro de Tipo	77
5.2. Erro de Proibição	78
5.3. Erro de Direito	78
5.4. Erro de Fato	79
5.5. Erro Sobre a Pessoa e Erro na execução	80
5.6. Erro quanto ao bem jurídico	81
6. EXCLUDENTES DE ILICITUDE.....	82
6.1. Estado de Necessidade.....	83
6.2. Legítima Defesa	84
6.3. Estrito Cumprimento de um Dever Legal.....	86
6.4. Exercício Regular de Direito	86
6.5. Excesso	87
6.5.1. Excesso Doloso	87
6.5.2. Excesso Culposos	88
6.5.3. Excesso escusável.....	88
7. ELEMENTOS NÃO CONSTITUTIVOS DO CRIME	88
8. CULPABILIDADE.....	89
8.1. Coação irresistível.....	90
8.2. Obediência Hierárquica.....	91
8.3. Estado de necessidade Exculpante	93

CAPÍTULO 4 ► IMPUTABILIDADE PENAL.....	97
1. INIMPUTÁVEIS	97
2. EMBRIAGUEZ.....	98
3. MENORIDADE	100
CAPÍTULO 5 ► DO CONCURSO DE AGENTES	101
1. CONCURSO DE AGENTES.....	101
1.1. Requisitos.....	101
1.2. Teorias Monista, Pluralista e Dualista do Concurso de Agentes	101
1.3. Teoria Adotada pelo CPM.....	102
1.4. Autoria e Participação.....	102
1.5. Condições e Circunstâncias Pessoais.....	103
1.6. Agravamento e Atenuação da Pena	104
1.7. Cabeças – Interpretação Autêntica Contextual.....	104
1.8. Crimes que Preveem a Punibilidade dos Cabeças.....	106
1.9. Cooperação Dolosamente Distinta	107
CAPÍTULO 6 ► DAS PENAS	109
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	109
2. DAS PENAS PRINCIPAIS	110
2.1. Pena de Morte	111
2.2. Pena de Reclusão e de Detenção.....	113
2.3. Pena de Prisão	113
2.4. Pena de Impedimento	115
2.5. Pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função	116
2.6. Pena de Reforma	116
2.7. Questões pontuais sobre as penas principais	116
2.7.1. Superveniência de doença mental	116
2.7.2. Tempo de pena computável	117
2.7.3. Transferência de condenados.....	118
3. DA APLICAÇÃO DA PENA	118
3.1. Aplicação da pena no Direito Militar	118
3.1.1. Pena Base – circunstâncias judiciais.....	118
3.1.2. Pena Intermediária – agravantes e atenuantes.....	119
3.1.3. Pena definitiva – minorantes e majorantes	122
3.2. Criminoso habitual ou por tendência.....	123
3.4. Concurso de crimes – aplicação da pena.....	124
3.5. Crime continuado	126

4. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	128
4.1. Casos de revogação obrigatória.....	131
4.2. Casos de revogação facultativa	131
5. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	134
5.1. Revogação obrigatória	136
5.2. Revogação facultativa	136
6. DAS PENAS ACESSÓRIAS.....	137
6.1. Perda de posto e patente	137
6.2. Indignidade para o oficialato	141
6.3. Incompatibilidade com o oficialato	141
6.4. Exclusão das Forças Armadas.....	141
6.5. Perda da função pública.....	143
6.6. Inabilitação para o exercício de função pública	144
6.7. Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela (Redação dada pela Lei nº 14.688, de 2023)	144
6.8. Suspensão dos direitos políticos.....	144
6.9. Efeitos da Condenação	145
6.10. Medidas de Segurança no Direito Penal Militar	145
6.10.1. Medidas de Segurança Pessoais detentiva	147
6.10.2. Medidas de Segurança Pessoais Não Detentivas	150
6.10.2.1. Tratamento Ambulatorial	150
6.10.2.2. Cassação de licença para dirigir veículos motorizados	150
6.10.2.3. Exílio local	151
6.10.2.4. Proibição de frequentar determinados lugares	151
6.10.3. Medidas de Segurança Patrimoniais	151
6.10.3.1. Interdição de estabelecimento, sociedade ou associação ..	151
6.10.3.2. Confisco.....	152
7. AÇÃO PENAL MILITAR.....	152
8. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	156
8.1. Morte do Agente	157
8.2. Anistia, Graça Indulto	158
8.3. <i>Abolitio Criminis</i> (retroatividade de lei que não mais considera o fato criminoso)	159
8.4. Ressarcimento do Dano no Peculato Culposo	159
8.5. Reabilitação.....	159
8.6. Prescrição.....	161
8.6.1. Espécies de prescrição.....	162
8.6.1.1. Prescrição da pretensão punitiva do Estado.....	162
8.6.1.1.1. Termo inicial da prescrição da Pretensão Punitiva (da ação penal).....	164

8.6.1.1.2.	Suspensão da prescrição da ação penal	165
8.6.1.1.3.	Interrupção da prescrição da ação penal.....	166
8.6.1.2.	Prescrição da pretensão executória	169
8.6.1.2.1.	Suspensão da prescrição da execução da pena	170
8.6.1.2.2.	Interrupção da prescrição da execução da pena	170
8.6.1.2.3.	Prescrição no caso de reforma ou suspensão de exercício.....	170
8.6.2.	Disposições comuns a ambas as espécies de prescrição	170
8.6.3.	Imprescritibilidade das penas acessórias	171
8.6.4.	Modalidades especiais de prescrição	171
8.6.4.1.	Prescrição nos crimes de insubmissão	171
8.6.4.2.	Prescrição nos crimes de deserção	172
8.6.5.	Prescrição virtual, projetada, antecipada ou retroativa em pers- pectiva (baseada em uma pena hipotética).	173

Parte II DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

CAPÍTULO 1 ► DA LEI DE PROCESSO PENAL MILITAR E DA SUA APLICAÇÃO	177
1. PROCESSO PENAL MILITAR – CONCEITO.....	177
1.1. Fontes Orgânicas nos Processos da Justiça Militar da União	177
1.2. Divergência de Normas do CPPM e dos Tratados Internacionais	178
1.3. Interpretação das Normas Processuais Militares - Especificidades	179
1.3.1. Interpretação extensiva e restritiva – Regra especial.....	179
1.4. Suprimento dos casos omissos – Formas de Integração	180
1.5. Aplicação da Norma Processual no Espaço e no Tempo.....	180
1.5.1. Normas Processual no espaço e no tempo de Guerra.....	182
1.5.2. Norma Processual – Aplicação Intertemporal	182
1.6. Aplicação da Norma Processual à Justiça Militar Estadual.....	183
CAPÍTULO 2 ► DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR.....	185
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS – FUNDAMENTO LEGAL	185
1.1. Exercício da Polícia Judiciária Militar.....	186
1.2. Delegação do Exercício da Polícia Judiciária Militar.....	188
1.3. Atribuição da Polícia Judiciária Militar.....	190
CAPÍTULO 3 ► INQUÉRITO POLICIAL MILITAR.....	191
1. INQUÉRITO POLICIAL MILITAR - FINALIDADE	191
1.1. Acordo de Não Persecução Criminal na JMU	191
1.2. Caráter Instrutório de Elementos de Informação	192
1.3. Modos de Instauração do Inquérito.....	193

1.4. Infração de Natureza não Militar.....	195
1.5. Oficial General Infrator.....	195
1.6. Escrivão do Inquérito.....	195
1.7. Encarregado do Inquérito.....	196
1.8. Providências Preliminares ao Inquérito	196
1.9. Formação do Inquérito	196
1.10. Assistência do Membro do MPM.....	197
1.11. Reprodução Simulada dos Fatos	197
1.12. Sigilo do Inquérito.....	197
1.13. Incomunicabilidade do Indiciado.....	198
1.14. Detenção do Indiciado – Art. 18 CPPM.....	199
1.15. Oitivas na Fase do Inquérito	200
1.16. Prazo do Inquérito	200
1.16.1. Diligências não Concluídas	200
1.17. Ordem das Peças do Inquérito	201
1.18. Relatório e Solução do Inquérito.....	201
1.19. Arquivamento do Inquérito	201
1.20. Causas de Dispensa do Inquérito.....	203
CAPÍTULO 4 ► AÇÃO PENAL MILITAR E DO SEU EXERCÍCIO	205
CAPÍTULO 5 ► PROCESSO PENAL MILITAR EM GERAL	207
CAPÍTULO 6 ► DO JUIZ, AUXILIARES E PARTES DO PROCESSO	209
1. DO JUIZ.....	209
1.1. Casos de Impedimento do Juiz	209
1.2. Casos de suspeição do juiz	210
2. DOS AUXILIARES DO JUIZ.....	211
3. DOS PERITOS E INTÉRPRETES	212
4. DAS PARTES	213
4.1. Do acusador	213
4.2. Do assistente.....	215
4.3. Do acusado, seus defensores e curadores.....	217
CAPÍTULO 7 ► DENÚNCIA.....	221
CAPÍTULO 8 ► FORO MILITAR	225
CAPÍTULO 9 ► COMPETÊNCIA.....	229
1. DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA.....	229
1.1. Lugar da infração	230
1.2. Lugar da Residência ou Domicílio do Acusado.....	233

1.3. Por prevenção.....	233
1.4. Pela Sede do Lugar de Serviço	234
1.5. Por Distribuição	235
2. CASOS DE MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	235
2.1. Da conexão e Continência.....	235
2.2. Do desaforamento	238
2.3. Prerrogativa do Posto ou da Função.....	241
3. CONFLITOS DE COMPETÊNCIA	243
CAPÍTULO 10 ► QUESTÕES PREJUDICIAIS	245
1. QUESTÕES PREJUDICIAIS – CRISES DE INSTÂNCIA.....	245
1.1. Diferenças entre Questões Prejudiciais e Preliminares de Mérito	245
1.2. Classificação das questões prejudiciais	246
1.3. Sistema de solução	246
1.4. Procedimento em relação à prejudicial do Estado Civil das Pessoas.....	246
CAPÍTULO 11 ► INCIDENTES	249
1. DAS EXCEÇÕES EM GERAL	249
1.1. Da exceção de suspeição ou impedimento	249
1.2. Da exceção de incompetência	251
1.3. Da exceção de litispendência	252
1.4. Da exceção de coisa julgada	253
2. DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO	254
3. DO INCIDENTE DE FALSIDADE DE DOCUMENTO.....	257
CAPÍTULO 12 ► MEDIDAS PREVENTIVAS E ASSECURATÓRIAS.....	259
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	259
2. PROVIDÊNCIAS QUE RECAEM SOBRE COISAS OU PESSOAS	259
2.1. Busca	259
2.1.1. Busca domiciliar.....	260
2.1.2. Busca pessoal.....	262
2.2. Da apreensão.....	263
2.3. Restituição	264
3. PROVIDÊNCIAS QUE RECAEM SOBRE COISAS.....	266
3.1. Sequestro	266
3.2. Hipoteca legal.....	268
3.3. Arresto.....	269
4. PROVIDÊNCIAS QUE RECAEM SOBRE PESSOAS	269
4.1. Prisão provisória.....	269
4.2. Prisão em Flagrante	273
4.3. Prisão preventiva	277

5. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO	280
6. MENAGEM.....	280
7. LIBERDADE PROVISÓRIA	283
8. APLICAÇÃO PROVISÓRIA DE MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	284
CAPÍTULO 13 ▶ CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO	287
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	287
2. DA CITAÇÃO	287
2.1. Diferenças em relação ao Processo Penal Comum	287
2.2. Espécie de citação	289
2.2.1. Citação Real	289
2.2.2. Citação Presumida	289
2.3. Requisitos da citação	290
2.4. Procedimento	291
3. DAS INTIMAÇÕES E DAS CITAÇÕES	292
4. REVELIA DO ACUSADO.....	293
CAPÍTULO 14 ▶ ATOS PROBATÓRIOS.....	295
1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	295
2. QUALIFICAÇÃO E DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO	297
3. CONFISSÃO	301
4. PERGUNTAS AO OFENDIDO.....	303
5. PERÍCIAS E EXAMES	303
6. TESTEMUNHAS.....	307
7. ACAREAÇÃO	310
8. RECONHECIMENTO DE PESSOA E DE COISA	311
9. DOCUMENTOS.....	312
10. INDÍCIOS	314
CAPÍTULO 15 ▶ PROCESSO EM ESPÉCIE	315
CAPÍTULO 16 ▶ PROCESSO ORDINÁRIO.....	317
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	317
2. INSTRUÇÃO CRIMINAL	318
2.1. Prioridade de instrução. Polícia e ordem das sessões. Disposições Gerais..	318
2.2. Início do processo ordinário	322
2.3. Instalação do Conselho de Justiça	323
2.4. Revelia.....	325
2.5. Inquirição de testemunhas, reconhecimento de pessoa ou coisa	326
2.6. Qualificação e do interrogatório do acusado. Exceções que podem ser opostas.....	328
2.7. Diligências complementares e alegações escritas	329
2.8. Da sessão do julgamento e da sentença	330

CAPÍTULO 17 ▶ PROCESSOS ESPECIAIS.....	339
1. PROCESSO DE DESERÇÃO EM GERAL	339
1.1. Processo de deserção de oficial	340
1.2. Processo de deserção de praça com ou sem graduação e de praça espe- cial	342
2. PROCESSO DE CRIME DE INSUBMISSÃO	345
3. “HABEAS CORPUS”	347
4. PROCESSO PARA RESTAURAÇÃO DE AUTOS	353
5. PROCESSO DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	354
5.1. Instrução criminal.....	354
5.2. Julgamento.....	355
6. CORREIÇÃO PARCIAL	356
CAPÍTULO 18 ▶ NULIDADES.....	359
1. CONSIDERAÇÕES INICIAS – DEVIDO PROCESSO LEGAL	359
1.2. Espécies de vícios processuais.....	359
1.2.1. Irregularidades	360
1.2.2. Atos Inexistentes.....	360
1.2.3. Nulidades.....	360
1.2.3.1. Nulidades Absolutas	360
1.2.3.2. Nulidades Relativas.....	361
1.2.3.3. Sem Prejuízo não Nulidade (<i>pas de nullité sans grief</i>)	361
1.2.3.4. Casos de Nulidades	361
1.2.3.5. Impedimento para arguição da Nulidade	362
1.2.3.6. Nulidade não Declarada	362
1.2.3.7. Falta de Citação. Presença do Acusado. Consequência.....	363
1.2.3.8. Oportunidade para Arguição da Nulidade	363
1.2.3.9. Silêncio das Partes.....	363
1.2.3.10. Retificação, Revalidação e anulação dos atos Decisórios ...	364
CAPÍTULO 19 ▶ RECURSOS.....	365
1. REGRAS GERAIS	365
1.1. Pressupostos Objetivos: cabimento, adequação, tempestividade inexis- tência de fato impeditivos ou extintivos.....	366
1.2. Pressupostos Subjetivos. Legitimidade e interesse	366
2. RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO (RSE).....	368
3. APELAÇÃO.....	370
4. EMBARGOS.....	371
4.1. Embargos Infringentes e de Nulidade	372
4.2. Embargos de declaração	372
5. REVISÃO.....	375

6. DOS RECURSOS DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	377
6.1. Recurso Extraordinário	379
6.2. Recurso Ordinário Constitucional.....	380
7. RECLAMAÇÃO	380
8. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	381
CAPÍTULO 20 ▶ EXECUÇÃO.....	385
1. EXECUÇÃO DA SENTENÇA	385
1.1. Disposições gerais.....	385
2. DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE	386
2.1. Pena de Reclusão e de Detenção.....	386
2.2. Medida de segurança	387
3. PENAS PRINCIPAIS NÃO PRIVATIVAS DA LIBERDADE E DAS ACESSÓRIAS	388
CAPÍTULO 21 ▶ INCIDENTES DA EXECUÇÃO	389
1. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.....	389
1.1. Casos de revogação obrigatória.....	391
1.2. Casos de revogação facultativa	391
2. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	392
2.1. Revogação obrigatória	394
2.2. Revogação facultativa	395
CAPÍTULO 22 ▶ INDULTO, COMUTAÇÃO DA PENA, ANISTIA E REABILITAÇÃO	397
1. INDULTO, COMUTAÇÃO DA PENA E ANISTIA.....	397
2. REABILITAÇÃO.....	398
CAPÍTULO 23 ▶ EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	401
1. EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	401
1.1. Exílio local.....	402
1.2. Proibição de frequentar determinados lugares.....	402
1.3. Fechamento de estabelecimentos e interdição de associações	402
CAPÍTULO 24 ▶ JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA.....	405
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	405
1.1. Conselho Superior.....	405
1.2. Conselho de Justiça	406
1.3. Auditorias	406
2. PROCESSO.....	407
2.1. Inquérito.....	407
2.2. Recursos	409
3. DISPOSIÇÕES ESPECIAIS RELATIVAS À JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA.....	409